

# Cumprir a Constituição

Não foi a Constituição de 1988, com seus admiráveis Princípios Fundamentais (Direitos Individuais e Coletivos e Direitos Sociais), que produziu o desastre fiscal que emergiu lentamente desde 1989. Ao contrário, foi o sistemático descumprimento do Art. 167 pelo poder Executivo, com alegre cooperação do Legislativo, que causou a tragédia.

Ao longo desses 30 anos – “tempo” do PSDB e do PT – curvou-se a escola “risonha e franca” da fraude orçamentária. Nunca, nem o Executivo, nem o Legislativo (a despeito da excelente Lei de Responsabilidade Fiscal) levaram a sério a restrição orçamentária. O Legislativo sempre fixou primeiro a despesa e, depois, “inventou” a receita para cobri-la, com déficits fiscais sistemáticos financiados pela dívida pública. Enquanto a dívida crescia em termos nominais, o mesmo que crescia o Produto Interno Bruto (PIB) nominal, o problema foi ignorado. Só quando o voluntarismo da política econômica para a reeleição a qualquer custo acabou no impeachment da presidente é que se pensou no assunto. O desastre foi de tal ordem que a equipe econômica do governo Temer levou seis meses para corrigir o imbróglio da contabilidade “criativa”. Agora é pacífico que sem uma reforma (séria!) da Previdência e sem um programa que permita a recuperação conjuntural do PIB, não teremos a volta do crescimento.

Aí está o maior problema do novo governo. Mesmo com sua vigorosa vitória contra o sistema político, este ainda detém o poder de procrastinar a reforma da Previdência e tentar diluir o entusiasmo e o apoio popular de que hoje dispõe. Bolsonaro tem experiência parlamentar e conhece que o Congresso tem leis “éticas” internas: por exemplo, um “líder” partidário que não cumpre a palavra empenhada perde sua credibilidade e torna-se inservível! Em compensação, o “regimento” proíbe que um parlamentar vote em seu próprio benefício, o que é solenemente ignorado! A experiência de trabalhar com “bandeiras” em lugar de partidos pode até dar certo. Ele sabe, entretanto, que no Congresso é preciso o “convencimento”, não a “blitzkrieg”.

O presidente eleito está montando uma administração voltada para resolver os problemas que sensibilizaram a sociedade brasileira a ponto de ter lhe dado uma vitória confortável. As escolhas do juiz Sérgio Moro e do economista Paulo Guedes, somadas à liberdade que lhes concedeu para controlarem livremente a formação de suas equipes, indica a disposição de ter um governo capaz de vencer o movimento entrópico do

“mais do mesmo” dos últimos 20 anos. Propõe a volta do crescimento mais robusto e livre do incesto público-privado que tanto mal fez ao Brasil.

O desenvolvimento econômico, isto é, o aumento do que produz cada trabalhador, é condição necessária para a construção de uma sociedade civilizada onde a plena liberdade individual deve ser acomodada ao aumento persistente da igualdade de oportunidades. A mitigação de todas as formas de desigualdade deve ser o resultado de políticas públicas que tornem irrelevante o local do nascimento de cada cidadão que, ao nascer, precisa de cuidados mínimos e de atenção especial nos primeiros anos de vida que lhe deem a mesma capacidade de apreensão do mundo, ou seja, saúde (inclusive saneamento) e educação. Não gratuitos, como alguns supõem, mas pagos por toda a sociedade na forma de impostos proporcionais à renda de cada um.

Por outro lado, é um fato empírico incontornável que o aumento do que produz cada trabalhador (isto é, o desenvolvimento econômico) depende do aumento do estoque de bens de produção (inclusive infraestrutura) posto à sua disposição. Isso exige que a sociedade poupe (deixe de consumir) uma parcela do que ela produziu para recompor (e aumentar) o estoque de capital físico depreciado pelo seu uso na própria produção.

A conquista de um desenvolvimento robusto e inclusivo exige, portanto, muito mais do que a boa administração da Justiça e da Economia, que parecem asseguradas. Há dúvidas maiores na sugerida “decadência do Ocidente”, no campo da Educação (a “escola sem partido” que recusa a teoria da evolução!) e no da Saúde, sobre o qual pouco se sabe. Esperemos que na “infraestrutura” encontremos uma solução acima de qualquer suspeita, que permita a recuperação do enorme tempo perdido.



Marcelo Correia

## ANTONIO DELFIM NETTO

*Professor emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), ex-ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento.*